

## Trabalhadores da Ceasaminas fazem manifestação contra privatização da empresa



Na manhã de hoje, 16/08, trabalhadores da Ceasaminas fizeram uma manifestação na porta da Ceasaminas, entreposto de Contagem, para protestar contra a privatização da empresa. O governo federal anunciou que vai publicar o edital em outubro e o leilão de privatização está previsto para novembro. Os diretores do SINDSEP-MG, Sânia Barcelos, Jussara Griffó, José de Arimateia estiveram presentes à manifestação, assim como o deputado federal Patrus Ananias e representantes do deputado federal Rogério Correia e dos deputados estaduais Beatriz Cerqueira (PT) e Betão (PT). A manifestação contou também com a participação de outras categorias como petroleiros e professores.

### Alerta

Durante a manifestação, os trabalhadores alertaram sobre os efeitos da privatização para o aumento de tarifas para os produtores, risco de desabastecimento e, conseqüente, aumento dos preços dos alimentos para a população. Além dos prejuízos para a união, com o valor de venda anunciado abaixo do que a empresa vale. Segundo a diretora do SINDSEP-MG, Sânia Barcelos, a Ceasaminas não gera lucro, é única e exclusivamente para administrar o abastecimento alimentar. Mas a partir do momento que for privatizada e o lucro passar a ser o objetivo maior, o consumidor final sentirá o aumento do preço dos insumos.

**A Ceasa é de Minas! Não à privatização!**

### Dia de Luta contra a reforma Administrativa e por direitos mobiliza trabalhadores

A próxima quarta-feira, 18 de agosto, será um dia de luta marcado pela mobilização de trabalhadores e trabalhadoras de várias categorias profissionais em todo o país em apoio à greve de servidores federais, estaduais e municipais, por emprego e direitos.

A batalha contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, da reforma Administrativa, que destrói o serviço público do Brasil e ataca os servidores é de todos os brasileiros e brasileiras. Unidos, todos vão lutar também contra os demais ataques do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) à classe trabalhadora.

A PEC 32 acaba com a estabilidade dos servidores e, por isso, ameaça o funcionamento dos serviços públicos, em especial os que mais a população necessita como saúde e educação. A reforma Administrativa, portanto, atinge todos os trabalhadores.

É preciso deixar claro para todos e todas que a luta é de toda a classe trabalhadora porque tanto a PEC 32 de Bolsonaro, quanto as privatizações e todas as pautas que estarão em debate neste dia, como a geração de emprego decente, são de interesse de todos os brasileiros e brasileiras.

## Hora de endurecer a luta

Na tarde da quarta-feira (11), as entidades que representam os trabalhadores no serviço público se reuniram com o relator da PEC 32, deputado federal Artur Maia (DEM-BA), para entregar um manifesto que aponta os aspectos mais graves da proposta. Os sindicalistas solicitaram também um prazo maior para o debate sobre a reforma, já que a proposta foi apresentada sem um aprofundamento sobre os impactos para os servidores e para a sociedade.

O deputado se manteve intransigente, em especial em pontos como o fim da estabilidade e a avaliação de desempenho, que segundo o relator, “não terão mudanças”. Mesmo com a tentativa de negociação, Artur Maia informou que vai encaminhar a PEC ao plenário para votação.

**Por isso, o dia 18 terá de ser ainda mais forte – uma resposta à altura para essa falta de respeito que o governo tem com o povo brasileiro.** em Belo Horizonte, haverá um ato unificado a partir das 17h, na Praça Afonso Arinos.

## Em ação

As mobilizações estão sendo convocadas pela CUT, demais centrais sindicais e movimentos sociais e também incluem as pautas emergenciais para população brasileira, que tem amargado na pele a falta de compromisso com o povo brasileiro do governo Bolsonaro.

São elas o auxílio emergencial e R\$ 600 para que trabalhadores possam sobreviver neste período de crise econômica e sanitária; vacina já; mais empregos; e contra a retirada de direitos como propõe a MP 1045 – a reforma Trabalhista de Bolsonaro.

**18 AGOSTO DIA NACIONAL DE GREVE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

**EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS!  
FORA BOLSONARO!**

**VAMOS À LUTA E OCUPAR AS RUAS!**

**ATO UNIFICADO** às 17h, na Praça Afonso Arinos

**NÃO FIQUE FORA DESSA. NOSSA LUTA É PELA VIDA!**

CONITE FORA BOLSONARO MG e BA

FORUM DE SERVIDORES PÚBLICOS MULTIPROFISSIONAIS

## Reforma administrativa: veja o que o relator vai manter ou alterar na PEC sobre servidores públicos

O deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), relator da reforma administrativa na Comissão Especial, da Câmara dos Deputados, que analisa a PEC 32/2020, se prepara para entregar seu parecer sobre o texto até o fim deste mês, como acordado com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP/AL). O parlamentar adiantou que vai manter, na proposta do governo, a estabilidade só para carreiras típicas de Estado.

— Só há razão para manter estabilidade para quem é impossível de ser contratado na iniciativa privada. Esses precisam de estabilidade para manter uma continuidade na estrutura. Para os outros cargos, não — disse. No relatório, Maia vai definir quais são essas carreiras típicas. Ele deu uma pista do que não deve entrar na lista: — O trabalho de um professor no setor público não difere da atividade de um professor em uma escola privada. Um médico que atua no posto de saúde pela manhã e, à tarde, numa clínica particular, presta o mesmo serviço.

## Avaliação de desempenho digital e com a população

No parecer, Maia vai estabelecer parâmetros para a avaliação de desempenho. Serão pontos que ele julga indispensáveis na lei complementar que terá que ser feita depois para regulamentar o tema. — Acho que será preciso dar participação aos usuários do serviço público na avaliação. Há condição de fazer isso por meio de plataformas digitais. Temos a gov.br, que abarca 110 milhões de brasileiros. Não há por que não fazer esse negócio — afirmou: — Penso que a avaliação deva ser em longo prazo, no mínimo cinco anos, para se ter uma opinião consistente sobre o desempenho dos servidores.

Trechos sobre vínculos e cargos de chefia vão sair

O relator disse ainda que incluirá membros do Judiciário e do Legislativo na PEC. Já a parte que cria cinco vínculos, incluindo o de experiência, será suprimida.

— Hoje, temos dois vínculos: o permanente, por concurso público, e o temporário. Não vejo sentido em alterar isso — apontou Maia.

Também será retirado o trecho que permite que cargos de chefia, hoje exclusivos de funcionários de carreira, sejam de livre provimento.

**Não à reforma administrativa!**

### **Servidores vão a Brasília nesta terça (17/08) lutar pela aprovação do PL da Enfermagem**

Servidores e servidoras públicas municipais de todo o Brasil estarão em Brasília nesta terça-feira (17/08) para participar de um ato com o objetivo de pressionar o Senado a aprovar o Projeto de Lei (PL) nº 2564, o chamado PL da Enfermagem.

O PL define carga horária máxima de 30 horas semanais e piso salarial em R\$ 7.315 para enfermeiros e enfermeiras, R\$ 5.120,50 para técnicos e técnicas e R\$ 3.657,50 para auxiliares e parteiras. Se for aprovado, o projeto beneficiará 2,4 milhões profissionais da Enfermagem, sendo 781,4 mil contratados pelas prefeituras brasileiras.

A proposta, de autoria do senador Fabiano Contarato (Rede-ES), deve ser analisada pelo Plenário assim que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) colocar a proposta na pauta. Pacheco, assim como os donos de hospitais, gestores de entidades filantrópicas e prefeitos são contrários ao PL alegando falta de recursos para aumentar os salários e contratar mais profissionais.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN), contradiz o discurso de falta de dinheiro. Segundo ela, há recursos orçamentários suficientes para cobrir os gastos com o piso salarial e a jornada. Já Contarato, entende que tem de valorizar a categoria, não basta chamar profissionais de enfermagem de heróis, se referindo a luta da categoria que está na linha de frente do combate ao novo coronavírus desde março do ano passado.

Esta é a segunda manifestação nacional realizada pela categoria na capital do país nos últimos 12 dias para cobrar de Rodrigo Pacheco a inclusão do PL da Enfermagem na pauta e a votação imediata do projeto, que já tem votos suficientes de senadoras e senadores para ser aprovado, segundo os dirigentes sindicais. A manifestação mais recente ocorreu em 5 de agosto, Dia Nacional da Saúde.

